

A atuação da Assessoria Especial de Segurança e Informação na Universidade Federal do Espírito Santo (AESI/UFES): análise de documentos relativos à vigilância aos militantes da comunidade universitária, contrários a ditadura militar

DINORÁH LOPES RUBIM ALMEIDA¹

Este trabalho refere-se à Assessoria Especial de Segurança e Informação (AESI), criada em 1971 pelo Ministério da Educação e Cultura sob coordenação do Serviço Nacional de Informações (SNI), com intuito de coibir manifestações nas Universidades que fossem contrárias à ditadura militar, instalada no Brasil após o golpe civil-militar de 1964. A AESI representou a ação de um instrumento de intimidação aos discentes, docentes e técnicos administrativos, interferindo na estrutura e no ensino, e foi empregada para silenciar e desarticular as entidades estudantis. O foco principal dessa pesquisa é investigar a atuação da AESI no *campus* da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), que funcionou entre 1971 e 1986 e suas conseqüências para a Comunidade Universitária. Para tanto, utilizamos como metodologia a revisão bibliográfica e a análise dos acervos da Divisão de Segurança e Informação do Ministério da Educação (DSI/MEC), da Assessoria Especial de Segurança e Informação na Universidade Federal do Espírito Santo (AESI/UFES) e de documentos do Serviço Nacional de Informação encontrados no Arquivo Nacional (SNI/AN).

1 A repressão política nas universidades brasileiras: a atuação da AESI

Logo após o golpe civil-militar de 1964, observou-se uma onda repressiva contra as pessoas consideradas “subversivas”, ou seja, aquelas contrárias ao golpe desencadeado contra o governo do então presidente João Goulart. As universidades consideradas como centros de concentração de rebeldes contra o novo sistema passaram a ser alvo de perseguições e houve detenções de vários estudantes, abertura de inquéritos administrativos nos *campi* universitários, afastamento de reitores, inclusive o reitor da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Manoel Xavier Barreto Filho, em abril de 1964. A União Nacional dos

¹ Doutoranda do Curso da Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES); Professora do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (IFES), Campus de Alegre. E-mail: dinorahrubim@yahoo.com.br

Estudantes (UNE) sofreu represália no primeiro momento pós-golpe, sendo fechada, devido à postura da entidade em defesa das Reformas de Base propostas pelo governo de João Goulart (1961-1964). O governo passou a reprimir a massa intelectualizada e politizada do Brasil, que se concentrava especialmente nas universidades brasileiras.

A repressão à comunidade universitária contava com um suporte jurídico específico, o Decreto nº 477, de 28 de fevereiro de 1969, conhecido como o “AI-5 do movimento estudantil”, que em seu artigo 1º, delimita seus alvos: estudantes, professores e funcionários das instituições de ensino superior público ou particular. Neste artigo também, são especificados atos considerados “subversivos” e apresentadas às punições correspondentes.

O governo tomou uma série de medidas autoritárias na reforma educacional, destacando-se o chamado Acordo Ministério da Educação e Cultura com o Departamento norte-americano *United States Agency*, o chamado Acordo MEC/USAID, que compunha um projeto amplo que denominou-se “Reforma Universitária”. Segundo Martins Filho (1987, p. 187), para tanto, era essencial “sanar” as universidades dos “elementos perigosos”, e preparar novos dirigentes e intelectuais que se ajustassem aos moldes do regime de governo em vigor.

Logo após os primeiros anos pós-golpe, os movimentos estudantis voltaram a se articular, em especial nos anos 1968 e 1969, e o governo militar voltou a atuar de forma enérgica, com repressões a manifestações, como a prisão de lideranças estudantis brasileiras que se reuniram no XXX Congresso da UNE, em Ibiúna (SP), ocasião onde segundo Fagundes (2013, p. 309), “13 estudantes do Espírito Santo foram detidos.” A ampla repressão novamente desarticulou o movimento estudantil. O Diretório Central dos Estudantes da UFES (DCE-UFES) foi fechado em 1969 e só foi reaberto em 1978, já no contexto da distensão do regime militar. Apesar disso, durante o período em que o DCE esteve desativado, estudantes da UFES buscavam manter contato com outros estudantes, buscando firmar sua representatividade no *campus* e no cenário nacional.

Durante a ditadura militar brasileira (1964-1985), os órgãos de repressão do governo atuaram assiduamente na esfera educacional, e segundo Motta (2008b, p.38) monitorou “33 Universidades”, através da Assessoria Especial de Segurança e Informação (AESI), sendo as primeiras criadas pela Portaria nº 10, BSB, de 13 de janeiro de 1971, com intuito de coibir

manifestações contrárias à ditadura. Posteriormente, a AESI passou a adotar a nomenclatura de Assessoria Especial de Segurança (ASI).

O principal objetivo da AESI era espionar as atividades da comunidade universitária (federal e estadual), investigando e levantando informações de docentes, técnicos administrativos e discentes que tivessem uma postura política contrária ao governo ditatorial, e de maneira geral, eram rotulados de “comunistas” ou “subversivos”.

[...] A atuação das ASI (ou AESI) revela verdadeira obsessão em impedir a infiltração comunista e soviética nas universidades, dedicando-se, por exemplo, a monitorar o ensino de russo nas instituições brasileiras e a vigiar os estudantes retornados da URSS com diplomas obtidos naquele país. Essas agências não protagonizaram ações espetaculares, tampouco tinham poder incontestado, uma vez que alguns reitores nem sempre obedeciam a suas recomendações. Mas, em sua ação cotidiana, miúda, elas ajudaram a retirar da vida acadêmica um de seus elementos mais preciosos, a liberdade. Durante sua existência, elas contribuíram para criar nas universidades ambiente de medo e insegurança, que certamente atrapalhou a produção e reprodução do conhecimento, sobretudo nas áreas de saber mais visadas, para não falar do empobrecimento do debate político. (MOTTA, 2008a, p. 45-46).

Portanto, a atuação da AESI interferia no cotidiano da instituição, na estrutura e no ensino, e foi empregado para silenciar e desarticular as entidades estudantis. A espionagem gerava medo, e isso passou a fazer parte do cotidiano do *campus* da UFES, o que contribuiu para silenciar grande parte de estudantes e servidores, que cerceados de sua liberdade de expressão, passavam a temer uma possível expulsão ou mesmo detenção.

2 A atuação da AESI na Universidade Federal do Espírito Santo

A Universidade do Espírito Santo foi criada em 1954 em âmbito estadual. Somente em 1960, o presidente da República Juscelino Kubitschek propôs ao Congresso Nacional a federalização da Universidade. No início de 1961, Juscelino sancionou a criação da Universidade Federal do Espírito Santo.

Com o Golpe civil-militar, o movimento estudantil da UFES sofreu, como no restante do país, forte repressão política. A investigação e perseguição a comunidade universitária acirrou-se com a instalação da AESI na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), que funcionou entre 1971 e 1983, sendo criada pelo Ministério da Educação e Cultura sob coordenação do Serviço Nacional de Informações (SNI). No ano de 1983, ela passou a denominar-se Assessoria Especial de Segurança da Delegacia do Ministério da Educação e da Cultura (ASI/DEMEC/ES), atuando na Universidade até a extinção do órgão ainda existente nas universidades brasileira em 1986.

De acordo com Fagundes (2013, p. 304), segundo a análise dos documentos recuperados “em quase todos os centros da universidade”, que compõe o conjunto documental AESI/UFES, nos acervos DOPS/ES (Apees) e do SNI (AN), pode-se constatar que a AESI representou um instrumento repressivo de “intimidação e constante ameaça para discentes, professores e funcionários”.

A AESI coletava informações sobre atividades das lideranças estudantis e de professores, interferia na nomeação de cargos, controlava viagens de docentes e discentes para eventos científicos, censurava livros e materiais estudantis, proibia manifestações, proibia ou suspendia entidades estudantis, efetuava prisões, entre outras coisas. Nesse contexto de suspeição vários professores e técnicos administrativos foram perseguidos ou demitidos. Muitos alunos foram suspensos das aulas, perderam bolsas e outros benefícios ou foram desligados da Universidade.

A relevância dessa pesquisa se justifica devido à escassez de trabalhos na área, pois somente a partir da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso a Informação: LAI), que passou a vigorar em 16 de maio de 2012, os documentos passaram a ser recolhidos e catalogados, dando assim abertura e condições aos pesquisadores de efetuarem seu trabalho. No entanto, conforme Fagundes (2013, p. 297) vários problemas surgiram relacionados ao acesso aos documentos da AESI/UFES, desde que em agosto de 2012 foi solicitado a todas as universidades públicas, federais e estaduais, que se realizasse um “Levantamento e Identificação dos documentos do Regime Militar a serem recolhidos ao Arquivo Nacional.” Portanto, em outubro de 2012, a Reitoria da Universidade do Espírito Santo, solicitou ao

Departamento de Arquivologia que fizesse o referido levantamento. Segundo relata o autor iniciou-se uma procura aos “documentos perdidos”, e encontraram documentos espalhados por vários centros da UFES.

[...] Em novembro de 2012, os primeiros documentos específicos foram encontrados junto ao arquivo do Departamento de Arte/UFES. São em torno de 350, que reúnem memorandos, ofícios, pedidos de informação, relação de livros censurados, solicitações de informação sobre o Diretório Acadêmico, entre outros. [...] Foram realizadas buscas em inúmeros locais da Ufes, tais como banheiros desativados, que haviam sido convertidos em “arquivos” no prédio da Reitoria, em almoxarifados, embaixo de escadas e em salas desativadas no ginásio de esportes do Centro de Educação Física. Toda essa busca permitiu que, até outubro de 2013, fossem recuperados 1.200 páginas de documentos em quase todos os centros da universidade. No momento, esse conjunto documental está em processo de tratamento e descrição, tarefa realizada por discentes dos departamentos de Arquivologia e História, sob a orientação da Comissão da Verdade da UFES. (FAGUNDES, 2013, p. 306)

Destaca-se também que foram encontrados, pelo Prof. Dr. Pedro Ernesto Fagundes, documentos da AESI/UFES, em pesquisas realizadas sobre a trajetória da Delegacia de Ordem Política e Social do Estado do Espírito Santo (DOPS/ES), que se encontram no Arquivo Público do Espírito Santos (APES), e no acervo do Serviço Nacional de Informação, custodiado no Arquivo Nacional no Rio de Janeiro e em Brasília.

Devido tratar-se de acervo documental até recentemente proibido para pesquisas, há pouca produção sobre o assunto. Vários pesquisadores vêm se debruçando sobre documentações e trabalhos de pesquisa oral, buscando compreender a atuação das AESI em vários *campi* universitários do Brasil. Para Alberti (2005, p. 23), “[...] é sabido que jamais poderemos compreender o real como ele é [...]”, o que pretendemos é obter uma aproximação “cada vez mais acurada dele, para aumentar qualitativa e quantitativamente nosso conhecimento”. Daí a importância de realizar um trabalho de análise desses documentos da AESI/UFES, esperando contribuir para a importância histórica dessa temática, reunindo dados e elaborando um trabalho que possa ser uma fonte fidedigna, dando o devido enfoque histórico que tal assunto merece, procurando discorrer sobre os episódios ainda obscuros da repressão nas universidades durante os anos de chumbo.

3. A Comissão da Verdade da Ufes e a análise do acervo documental

Esse trabalho apresenta parte da pesquisa da análise do acervo documental da Divisão de Segurança e Informação do Ministério de Educação e Cultura (DSI/MEC) relativa à vigilância dos militantes estudantis e servidores da Ufes, especificamente no período 1971-1986, recolhidas no Arquivo Nacional (AN). Destaca-se que um passo importante para a organização desse acervo foi a criação da Comissão da Verdade da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)², que iniciou seus trabalhos em março de 2013, a partir da publicação da Portaria nº 478/13, que além da recuperação de parte da documentação da antiga AESI/Ufes (cerca de 1.200 páginas), que permitiu conhecer um pouco da rotina de vigilância no interior do *campus*, também reuniu documentos em pesquisas realizadas sobre a trajetória da Delegacia de Ordem Política e Social do Estado do Espírito Santo (DOPS/ES), que se encontram no Arquivo Público do Espírito Santos (APES), e no acervo do Serviço Nacional de Informação (SNI), custodiado pelo Arquivo Nacional.

A Comissão da Verdade da Ufes em entrevistas e audiências públicas realizadas com ex-alunos da Universidade, também contribuiu para averiguar casos de violações dos direitos humanos, através de declarações de vítimas que sofreram interrogatórios e torturas feitos por agentes da repressão no 38º Batalhão de Infantaria, localizado na Praia de Piratininga, s/nº, Prainha - Vila Velha/ES.

4. O Esquema de Vigilância do SNI / AESI

De acordo com a Agência Brasileira de Inteligência (Abin)³, O Serviço Nacional de Informações (SNI) foi criado pela lei nº 4.341 em 13 de junho de 1964, cujo texto lhe atribuía

² O Trabalho da Comissão da Verdade da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) está em processo de revisão final e será entregue no segundo semestre de 2015, quando passará a ser disponibilizado ao público.

³ A Agência Brasileira de Inteligência completou 15 anos em 7 de dezembro de 2014. A Abin foi criada em 1999, por meio da Lei nº 9.883, e é o órgão central do Sistema Brasileiro de Inteligência (Sisbin). Tem entre suas atribuições a execução da Política Nacional de Inteligência e a integração dos trabalhos dos órgãos setoriais de Inteligência do país. Dessa forma, a Abin presta assessoramento à Presidência da República assegurando-lhe o

a função de "superintender e coordenar as atividades de Informações e Contra-Informações, em particular as que interessem à Segurança Nacional". Objetivava, portanto, supervisionar e coordenar as atividades de informações e contra-informações no Brasil e exterior. Em função de sua criação, foram absorvidos outros serviços de informações atuantes até então, como o Serviço Federal de Informações e Contra-Informações (SFICI-1958) e a Junta Coordenadora de Informações (JCI-1959). Em 1999, o Presidente Fernando Henrique Cardoso sancionou a Lei nº 9.883, que instituiu o Sistema Brasileiro de Inteligência (Sisbin) e regulamentou a criação da Abin, com a missão de "planejar, executar, coordenar, supervisionar e controlar as atividades de inteligência do país", substituindo o SNI.

Segundo Fico (2003), os governos ditatoriais se formaram a partir de uma organização comum, sobre o que o autor chama de "pilares básicos" da ditadura: a espionagem, a polícia política e a censura. Em consonância com esses pilares, por meio do empenho do General Golbery do Couto e Silva foi criado o Serviço Nacional de Informações (SNI), responsável pelo serviço de espionagem e levantamento de informações, passou a atuar efetivamente a partir do governo de Costa e Silva, visando promover a segurança nacional, eliminando os "inimigos" do regime. O General Jayme Portella de Mello (Ministro-Chefe da Casa Militar de Costa e Silva) foi o grande estrategista da montagem do sistema repressivo da ditadura. Segundo Fagundes (2011, p.23) "a partir da criação do Serviço Nacional de Informações (SNI), em 1964, um amplo aparato repressivo começou a ser articulado." Em 1967, o Conselho de Segurança Nacional teve suas competências aumentadas e pôde ampliar o poder do SNI e das Divisões de Segurança e Informações (DSI). De acordo com Fico (2003, p. 176) "Se Golbery foi o pai do monstro, Costa e Silva e Portella foram os responsáveis pelo parto".

Esse trabalho visa apresentar exemplos das linhas de investigação do acervo documental do Serviço Nacional de Informação (SNI) e da Divisão de Segurança e Informação do Ministério de Educação e Cultura (DSI/MEC), relativa à vigilância dos militantes estudantis e servidores da Ufes, especificamente no período 1971-1986, custodiados pelo Arquivo Nacional (AN). Tal recorte temporal, deve-se ao fato de que foi durante o referido período que houve a atuação da AESI no *campus*, e portanto, foram encontrados documentos relacionados a

atuação do SNI na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Destacamos que o trabalho do SNI dentro da UFES consista em vigiar todas as atividades consideradas subversivas da comunidade universitária. Ao analisarmos o acervo notamos um maior volume de documentação do SNI/AESI entre os anos de 1978-1983.

4.1 A vigilância aos professores da UFES

As informações encontradas na documentação tratam de assuntos diversificados. Podemos citar investigações sobre indivíduos que tencionavam uma vaga de trabalho na Universidade, e portando era solicitado ao SNI uma busca de informações a cerca dos candidatos. Esse órgão expedia solicitações as ASI alocadas em várias universidades do país, além de agências estaduais de Serviço de Informações, como ARJ (Agência do Rio de Janeiro). Existem vários registros dessas situações, como alguns exemplos expostos a seguir:

4.1.1 Pedidos de busca, muitos deles sem resposta ao documento, mas alguns apresentam ficha detalhada sobre a pessoa investigada:

Em 26 de maio de 1977, foi solicitado pela SNI/ABE, pedido de busca a 4ª DN – 8ª RM - COMAR/1 - SR/DPF - SSP/PA – PMPA, para confirmar suspeitas sobre atividades subversivas de José Arthur Bogeia, de Belém/PA, que cogitava cargo de professor na UFES. Foi informado pelo COMAR/1 que o suspeito possuía ficha no DOPS/PA desde a época de estudante da UFPA, que integrou um grupo subversivo que atuava nas colunas sociais dos jornais de Belém. Caracterizado como marxista, membro da Ação Popular, integrante da Célula “Grupo de Menestréis”, célula essa assim denominada por ser como ela e, identificada nas colunas sociais dos jornais de Belém-PA. (ref INFO 200-22/68, de 30 Mai 68 8a RM) - (ABE-ACE 2817/83).

Em 04 de abril de 1977, a SICI/DSI/MEC solicitou a ASI/DR-3 - ASI/UnB - CI/DPF, pedido de busca sobre ANTONIO ANDARYLHO PIMENTA, cogitado para professor na UFES (Chefe do Departamento de Física e Química). No dia 14 de abril de 1977, a ASI/UnB respondeu a inexistência de dados de antecedentes que repercutissem em abono à sua integridade moral do mesmo, enviou sua ficha de qualificação MEC/DSI e esclareceu que seu

afastamento da UnB se deu por sua própria iniciativa. (BR-AN – BSB – AAI- INF. 27, p. 74-79)

4.1.2 Há casos em que o SNI pedia informações a UFES a respeito de indivíduos que seriam contratados por outras Universidades:

No dia 23 de outubro de 1975, foi solicitado pelo SI/DSI/MEC pedido de busca aos órgãos de difusão ASI/UFES e ASI/UFMG, sobre PAULO PERGENTINO PINHEIRO MOTTA, pessoa cogitada para auxiliar de ensino na Universidade Federal de Goiás (UFGO). Não constam registros de resposta dos órgãos. (BR. AN.BSB.AT4.16.42, p. 17).

4.1.3 Foram encontrados registros de vigilância sobre as aulas, palestras e eventos ministrados por alguns professores na Universidade, constando também a ficha dos docentes:

Em 29 de junho de 1977, foi solicitado a ARJ/SNI, pedido de busca sobre confirmação de propaganda adversa do livro “Cartas da Prisão”, feita pelo professor Pedro Mansur da UFES. No dia 26 de agosto a ARJ/SNI apresentou as seguintes informações:

O professor PEDRO JOSÉ MANSUR, da Universidade Federal do Espírito Santo - UFES, realmente interrompeu várias vezes suas aulas na referida Universidade e leu alguns trechos do livro "CARTAS DA PRISÃO" para seus alunos, recomendando em seguida sua compra, "antes que a censura apreendesse a publicação"; O livro "CARTAS DA PRISÃO" editado pela Editora Civilização Brasileira, de autoria de CARLOS ALBERTO LIBÂNIO DE CHRISTO, conhecido por "FREI BETO", foi lançado em VITÓRIA/ES no dia 16 de junho próximo passado, na livraria ÂNCORA, situada no centro da referida capital. Cem (100) exemplares da obra, colocados à venda naquele estabelecimento comercial, foram rapidamente adquiridos, tendo a Curia Metropolitana adquirido cinquenta (50) exemplares. O documento traz ainda informações sobre a vida do professor, formado em economia, e seu posicionamento contrário ao Regime e protestos feitos aos atuais dirigentes da nação. (AC-ACE 105267/77).

Em 06 de janeiro de 1978 a ARJ/SNI através da Ficha de Distribuição e Processamento de Documentos envia Informação nº 004/119/78 a AC/SNI sobre Lançamento do livro intitulado “LIVRO BRANCO”, sobre a morte do jornalista Vladimir Herzog. A UFES está entre as

instituições que promoveram no auditório do Tribunal do Estado do Espírito Santo, a Semana Capixaba de Estudos Jurídicos (7 a 11 de novembro de 1977). É destacada a palestra do Dr. SÉRGIO BERMUDEZ, conselheiro da OAB/ES, sob o tema "O Processo Civil e a Democracia", abordando a morte de Vladimir Herzog, dizendo que lançaria um livro intitulado "Livro Branco", e afirmou ainda que "a ação arbitrária, prisão, tortura e assassinato do jornalista é um exemplo eloquente da necessidade de institucionalização do processo de restabelecimento do Estado de Direito". O documento traz ainda informações sobre a vida do palestrante e seu posicionamento contrário ao Regime. (AC- ACE – 109233/78)

4.1.4 Há vigilância sobre docentes que participação da recepção e revenda ou distribuição de materiais subversivos:

Em 3 de novembro de 1980 a ARJ/SNI divulga informação nº 186/116/ARJ/80 em referencia a Pedido de Busca nº 127/16/AC/83, de 19 de ago, sobre levantamento de livrarias especializadas em Literatura esquerdista. Em uma delas, a Livraria Mandala, atende nessa livraria ROBERTO ANTONIO BELING NETO, Prof da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e atual Presidente da Associação de Docentes/UFES, que se diz proprietário da livraria. Em 24 Set 80, durante a Feira do Livro, o Prof ROBERTO vendia livros sobre FIDEL CASTRO, greves e comunismo. Então, seu amigo e sócio, CARLOS ALBERTO, declarou que os exemplares do livro "Obras Escolhidas de Marx e Engels", em língua espanhola, foram importados da URSS. A Livraria Novo Rumo, cuja loja fica no centro de Vitória, possui uma filial nas dependências da UFES. (ARJ_ ACE_3885_80).

4.1.5 Há pedido de busca de informações, a respeito de docentes que solicitaram afastamento para viagem ao exterior:

Em 02 de agosto de 1978 a o SNI – Agência Curitiba, remete o Encaminhamento nº 0767/740/ACT/78 para a ARJ/SNI e AC/SNI (para conhecimento), registros de LILIAM JEANETE GALARDA, pessoa cogitada para viagem ao exterior (cópia do prontuário nº 25 e da ficha individual). Trata-se de uma Auxiliar de ensino do Departamento de Matemática do Centro de Estudos Gerais da UFES (desde 24 de março de 1976), que pretendia cursar doutorado de 3º ciclo de matemática n Universidade de Paris/França, no período de 31.08.1978 a 31.08.1980. No documento é discriminado todo o seu histórico entre

18.02.1966 a 07.08.1978, trazendo informações de que a mesma participou de movimentos estudantis foi membro do PCB. Não consta no documento se foi negado ou autorizado o pedido de viagem. (ACT-ACE 1712/81)

4.2 A vigilância aos militantes estudantis da UFES

Quanto às investigações do SNI a respeito dos discentes universitários, notamos uma vigilância acirrada sobre seus posicionamentos ideológicos.

4.2.1 Há casos de pedido de busca de informações a respeito de discentes que freqüentavam reuniões consideradas subversivas, principalmente em relação a reestruturação de movimentos estudantis; participação de estudantes em movimentos reivindicatórios pela reforma do ensino e reorganização do DCE:

Em 06 de outubro de 1977, a ARJ/SNI, enviou informações ao AC/SNI sobre RENATO VIANA SOARES, contendo o seguinte conteúdo: RENATO VIANA SOARES, filho de Jair Ribeiro Soares e Maria de Lourdes Viana Soares, nascido em 14/08/44, em Vitória/ES. Registra os seguintes antecedentes: - O Conselho Permanente de Justiça da 3ª Auditoria de Guerra da 1ª RM, condenou o epigrafeado à pena de seis meses de reclusão, como componente do Grupo dos Onze de Muniz Freire/ ES - 31-01-66; Esteve preso no Quartel da PM/ES, saindo para assistir aulas sob escolta policial; Eleito orador da turma de formandos da Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Federal do Espírito Santo, criticou violentamente o sistema de ensino no Brasil (19-12-67); Foi elemento de destaque na greve estudantil capixaba (03-10-68). Esta Agência não possui fotografia do epigrafeado. (ARJ-ACE 8648/83).

Em 13 de dezembro de 1978 a CH/SNI apresenta o Parecer Especial nº 13/19/AC/78 sobre Movimento Estudantil retrospecto de 1978 e perspectiva para 1979. O documento discrimina as atividades de movimentos estudantis em várias cidades brasileiras. Quanto a 1977 ele avalia que os movimentos persistiram em características político-ideológicas, articulando panfletagens, greves, palestras, conferências, debates para conquistar a simpatia da opinião pública e adentrar no ensino secundário. Quanto ao 1º semestre de 1978, o documento

discorre sobre os movimentos estudantis mais expressivos que ocorreram nas cidades brasileiras. No 2º semestre de 1978, os movimentos se apresentam de forma mais coordenada e organizada e apresentam novas “bandeiras de reivindicações”, como anistia, volta dos banidos e cassados, fim das prisões e torturas, fim do arrocho salarial, criação do Partido Socialista, liberdade Sindical e direito de greve, melhores condições de ensino e maiores verbas para a educação.

No Parecer, o que diz respeito a Vitória/ES, constam as seguintes informações: ESPÍRITO SANTO: Centro Biomédico/UFES; Faculdade de Farmácia e Bioquímica do Espírito Santo, greve em apoio a funcionários e protestos quanto ao projeto de regulamentação da profissão de Biomédicos.

Atividades realizadas pelo Movimento Estudantil durante o segundo semestre de 1978: em 03 e 04 Jul, reunião da Comissão Organizadora dos Encontros de Estudantes de Administração (COEAD); em 25 Ago, assembléia geral de estudantes de Medicina, Odontologia, Farmácia e Biologia, na UFE5, em apoio à "Semana Nacional Por Melhores Condições de Ensino" e à regulamentação da profissão de biomédico; em 30 Ago, reunião estudantil, na UFES, para discutir a proposta de reabertura do DCE; de 12 a 15 Set, ciclo de debates sobre "Realidade Brasileira", no Colégio do Carmo, promovido pela Comissão Pró DCE/UFES; em 03 Nov, reunião da Comissão Pró-Executiva dos ENEAD, para decidir sobre a realização do VI ENEAD; em 09 Nov, eleições para o DCE/UFES; em 13 Nov, passeata de estudantes e candidatos do MDB às eleições de 15 Nov, do restaurante universitário à Catedral de Vitória, onde participaram de culto ecumênico pela libertação de "CAJÁ", celebrado por D. João da Mota Albuquerque e Pe. Lency Smaniotto.

Em anexo, ao Parecer Especial nº 13/19/AC/78, seguiu cópia da Apreciação Especial nº 8/10/AC/78 (difusão CH/SNI), datado de 29 de junho de 1978, que apresenta retrospecto do Movimento Estudantil no primeiro semestre de 1978. Citam os principais movimentos estudantis em várias cidades brasileiras, e sobre Vitória/ES, relata: de 13 a 16 Mar 78, programação da "Semana dos Calouros", na UFES; nos dias 18 e 19 Mar 78, reunião da Comissão Organizadora dos Encontros de Estudantes de Economia; em 28 Mar 78, Culto Ecumênico em memória de EDSON LUIZ, na Catedral de Vitória/ES; em 30 Abr 78, reunião promovida pelo ME, juntamente com o MDB/ES e jornal "Posição", para abordagem do tema

"Tomada de posição para fazer frente ao sistema"; de 17 a 21 Mai 78, Seminário de "Atualidades Políticas", no Colégio do Carmo, com a participação, entre outros, de Hélio Bicudo e Eduardo Matarazzo Suplicy. (AC-ACE – 056/79).

Em 02 de outubro de 1980 a AC/SNI divulga Informação nº 304/19/AC/80 sobre o DCE da UFES. Esclarece que Cláudio Luiz Zanotelli assumiu a presidência do DCE devido o afastamento de Luiz Cláudio Ceolin Tose. Afirmam que o citado critica o regime em seus discursos e o qualifica como ditadura militar. (AC_ACE_10521_80).

Em 14 de outubro de 1980 a Superintendência Regional no Espírito Santo da Polícia Federal divulga o Informe nº 328/80-SI/SR/DPF/ES em referencia ao pedido de busca nº 022/116/SNI/ARJ de 27 maio, tratando de exibição de filmes soviéticos pelo movimento estudantil. O DCE/UFES promoveu a exibição de vários filmes no Cineclube da Sub-Reitoria Comunitária da UFES. (ARJ_ACE_5035_81).

A Divisão de Informação e Segurança divulga em 22 de abril de 1980 Informe nº 40/80/10/DSI/KEC para AC/SNI com dados sobre Perly Cipriano, ex-estudante de Odontologia da UFES, conhecido subversivo, tendo participado de assaltos a bancos em alguns Estados, acabou sendo preso em RECIFE/PE. Beneficiado pela lei da anistia se encontra em VITORIA/ES onde orienta n ME, principalmente o DCE da UFES. (AC_ACE_6683_80).

4.2.2 Observa-se também a Vigilância sobre a participação dos alunos em periódicos de conteúdo considerado subversivo, como também o recebimento de tais materiais:

A Agência Rio de Janeiro divulga Informe nº 94/320/ARJ de 28 de fevereiro de 1980 que trata de propaganda adversa oriunda da Tchecoslováquia – Editora Problemas da Paz e do Socialismo, sendo, o DCE da UFES um dos órgãos estudantis do país, junto com Rio de Janeiro e São Paulo, um dos recebedores deste tipo de material. (ABH_ACE_2138_80).

4.2.3 Envolvimento de estudantes, professores e demais representantes de classes sociais, na organização de palestras e reuniões que debatiam a organização política e social do país, englobando questões como a saúde e a anistia:

Em 17 de maio de 1978, a CISA/RJ encaminha Informe nº 0124/CISA/RJ à AC/SNI sobre Comitê Brasileiro de Anistia – Secção do Espírito Santo. O documento cita vários envolvidos

e o conteúdo das reuniões: No dia 07 Maio 78 realizou-se uma reunião no Sindicato dos Bancários de Vitória/ES, sob a coordenação de JOSÉ FELIPE MAMEDE AMADO ("JÔ Amado") do jornal "POSIÇÃO". Participou, também, na coordenação da reunião, um professor da UFES não identificado. Teve como objetivo a fundação de uma secção do "Comitê Nacional Pró-Anistia" no Espírito Santo. Da reunião participaram representantes do Clero, dos estudantes, dos professores, arquitetos, jornalistas e políticos do MDB, entre os quais FERDINANDO BERREDO DE MENEZES (prof da UFES e advogado), NEIVALDO BRAGATO (Presidente do CCJE/UFES), STANISLAU KOSTKA STEIN (vice-presidente do CCJE/UFES), ROBERTO VALADÃO ALMOKADICE, EMIL SCHUBERT (pastor luterano da Igreja de Santa Maria de Jetibá, Santa Leopoldina/ES), DILTON LÍRIO NETO (presidente do IEPES/MDB-ES e suplente de deputado estadual), SALVADOR BONOMO (vice-presidente da COOPNORTE, suplente de vereador pelo MDB e presidente do diretório regional do MDB de Nova Venécia/ES), MARLI ALVES DOS SANTOS (estudante de medicina do centro biomédico da UFES). Todos esses elementos fizeram uso da palavra. RUI de tal, estudante de medicina da UFES fez, também, uso da palavra, dizendo que, no que se refere a saúde, nunca o país se debateu com problemas tão graves, devido as cifras calamitosas de morte por desnutrição e falta de assistência médica essencial à classe proletária; que a saúde faz parte da anistia, como a anistia faz parte da redemocratização do país. PEDRO MANSUR, professor da UFES, vendeu exemplares do Jornal "EM TEMPO", nºs 7 e 8, após a reunião. A reunião contou com a participação de cerca de 50 pessoas. No documento são identificadas 24 dessas pessoas. Também é relatado que o Diretório Acadêmico CCJE/UFES vende, na Universidade, uma média de 500 exemplares de cada número do jornal "POSIÇÃO". (BR – AN – BSB – VAZ – 137-0164).

5 Considerações Finais

Portanto, com o trabalho desenvolvido, foi possível localizar inúmeros documentos do SNI, sob custódia do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro e Brasília, que demonstram sua parceria com a AESI, que sendo usada como instrumento de intimidação, monitorou a atuação de docentes e discentes no *campus* da UFES, especificamente entre seus anos de atuação, de 1971 a 1986, o que interferiu diretamente no processo de ensino e pesquisa, gerando um clima

de suspeição e medo na comunidade universitária, silenciando e desarticulando as entidades estudantis. Averiguamos que a AESI coletava informações sobre atividades das lideranças estudantis e professores, interferia na nomeação de cargos, controlava viagens de docentes e discentes para eventos científicos, censurava livros e materiais estudantis, proibia manifestações, etc.

Acreditamos que ao relatarmos a atuação dos órgãos de repressão nas universidades, contribuimos para que memórias até então subterrâneas possam emergir e auxiliar para uma releitura do período ditatorial e a atuação da repressão sobre o ensino superior do referido período, contribuindo para preencher as lacunas da história da repressão política nas universidades, ao romper com o silêncio e permitir à sociedade o acesso à informação.

6 Referências

- ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
- BORGO, Ivanir Antonio. **UFES: 40 anos de história**. Vitória. EDUFES/Secretaria de Produção e Difusão Cultural, 1995.
- CUNHA, Rosa Maria Cardoso da & MULLER, Angélica. Relatório da Comissão Nacional da Verdade. Volume II. Texto 6. *Violações dos direitos humanos na universidade*. 2014. p. 257-288.
- FAGUNDES, Pedro Ernesto. Foi Sempre Assim: Modus Operandi da Polícia Política do Estado do Espírito Santo (1930 a 1985). In: FAGUNDES, Pedro Ernesto (org.). **Arquivos da Repressão Política no Estado do Espírito Santo (1930-1985)**. Vitória, Espírito Santo: PPGHIS-UFES, GM Editora, 2011, p. 11-34. (Coleção Rumos da História).
- _____. **Memórias Silenciadas**: catálogo seletivo dos panfletos, cartazes e publicações confiscadas pela Delegacia de Ordem Política e Social do Estado do Espírito Santo – DOPS/ES (1930-1985). Vitória: GM Editora/APEES, 2012.
- _____. **Universidade e repressão política**: o acesso aos documentos da assessoria especial de segurança e informação da Universidade Federal do Espírito Santo (AESI/UFES). *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 5, n.10, jul./dez. 2013. p. 295 - 316.
- FICO, Carlos. **Como eles agiam**. Os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- _____. Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). **O Brasil Republicano. O tempo da ditadura**: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 4, 2003, p. 167-205.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 6 ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.

MARTINS FILHO, João Roberto. **O movimento estudantil e a ditadura militar: 1964-1968**. Campinas: Papyrus, 1987.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As Universidades e o Regime Militar**: cultura política brasileira e modernização autoritária. 1 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

_____. **Incômoda memória**: os arquivos das ASI universitárias. *Acervo*. Rio de Janeiro, v. 16, 2008^a, p. 32-50.

_____. **Os olhos do regime militar nos campi**: as assessorias de segurança e informações das universidades. *Topoi*. Rio de Janeiro, v. 9, 2008b, p. 30-67.

MULLER, Angélica. **A resistência do movimento estudantil brasileiro contra o regime ditatorial e o retorno da UNE á cena publica (1969-1979)**. 2010. Tese (Doutorado) Universidade de São Paulo (USP) - São Paulo, 2010.

Pesquisas em acervos

Arquivo Nacional – Rio de Janeiro e Brasília. Acervo do Serviço Nacional de Informação (1971-1986).

Arquivos on line

<http://www.cnv.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_2_digital.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2015.

<<http://www.abin.gov.br>>. Acesso em: 20 mai. 2015.